

Brazilian perspectives in digital environments:

communication policies, e-government and digital journalism

JAMBEIRO, OTHON; PALACIOS, MARCOS (ORGS.)

Salvador: EDFBA - Editora da Universidade Federal da Bahia, 2010

Resenhado por **LEONARDO MENEZES**

Brazilian perspectives in digital environments: communication policies, e-government and digital journalism é o mais recente livro organizado pelos professores Othon Jambeiro, do Instituto de Ciência da Informação, e Marcos Palacios, da Faculdade de Comunicação da UFBA. Escrito em inglês, já na introdução denota-se a necessidade de aprimoramento dos processos políticos que regulam a convergência tecnológica da produção e distribuição da informação, da cultura e do entretenimento na sua apropriação por indivíduos ou entidades civis, acadêmicas ou governamentais. O universo tecnológico demanda planejamento e coordenação de vários setores para poder funcionar de forma eficiente.

No primeiro capítulo, Othon Jambeiro descreve de que maneira a dinâmica da Sociedade da Informação tem influenciado a regulação da indústria da comunicação. Essa orientação tem se intensificado à medida que a informação, a mídia e a eletrônica passam a ter um lugar cada vez mais central no desenvolvimento e expansão das empresas de comunicação pelo mundo. Uma análise histórica acerca das estratégias dos governos e do setor privado na regulação das atividades econômicas desde o século XIX até os debates atuais sobre a circulação de informação na internet. Jambeiro denota que o surgimento de empresas supranacionais demanda uma presença regulatória governamental mais evidente, resguardando elementos intrínsecos à identidade brasileira. Tais “políticas afirmativas” potencialmente tornariam a sociedade brasileira mais democrática e socialmente responsável.

O segundo capítulo, assinado por Jambeiro e Sônia Serra, foca na legislação e nas estratégias políticas da cidade de Salvador para o desenvolvimento da infraestrutura de telecomunicações, questionando o

papel atribuído pela municipalidade a essa infraestrutura, em especial nos serviços voltados para a população de menor renda. Numa perspectiva que analisa historicamente como o governo brasileiro, através da Constituição, e a cidade de Salvador, baseada na Lei Orgânica e Plano Diretor municipais, regularam as atividades do setor de telecomunicações desde a década de 1980. Fica evidente a limitação atual de Salvador para desenvolver ações que ampliem esta indústria frente à crescente demanda por estes serviços.

Já o texto escrito por Fábio Ferreira centra-se na discussão acerca do redesenho do espaço urbano para a criação de condições que constituam a intitulada “sociedade em rede”. Salvador é vista sob a perspectiva definidora de cidades globais e cidades criativas, locais que funcionam como *hubs* que conectam operações corporativas globais. O autor discute como a “economia digital” está redefinindo as noções de espaço e tempo na urbanidade pelo aprimoramento da conectividade da sociedade através das tecnologias comunicacionais. Neste sentido, as universidades locais são entendidas como polos de concentração e atração de talentos que podem se aliar ao setor privado para desenvolver a indústria de informação soteropolitana capaz de liderar o cenário tecnológico nordestino, desde que aliada a áreas culturais de notório destaque como a música e o turismo.

O quarto artigo, de Helena Pereira da Silva e Jussara Borges, analisa a situação de exclusão digital vivida pela maior parte da população brasileira, em especial a soteropolitana, e as dificuldades no acesso aos serviços oferecidos pelos portais governamentais na internet. As autoras traçam correlações entre a necessidade de treinamento no uso dos aplicativos tecnológicos com o potencial de atuação da população no exercício da sua cidadania. De forma clara e objetiva, elas desenharam um panorama das características que conectam governo eletrônico com democracia, principalmente pela via da transparência nas ações governamentais e na ampliação da participação da população, como no voto eletrônico e nos fóruns de discussão. Desta maneira, o governo eletrônico redefiniria sua relação com o cidadão, pois o acesso do cidadão à informação de forma remota pelos portais se aproxima mais dos interesses pessoais e comunitários, ao reduzir custos e agilizar o atendimento. No entanto, ainda são poucos os serviços oferecidos à população em geral e quase inexistente o treinamento para o uso da informação.

O artigo de Helena Pereira da Silva e Lidia de Jesus Oliveira Loureiro da Silva procura delinear como as ações governamentais, a exemplo das transações do setor privado, estão migrando para o ambiente virtual através dos seus portais e as expectativas com relação à desburocratização dos processos governamentais junto à população.

Ao diferenciar os conceitos de governança e governo eletrônicos, elas analisam como o acesso à tecnologia e o envolvimento da sociedade com os portais poderiam representar um fortalecimento à democracia e à criação de e-cidadãos, uma questão muito mais difícil de ser resolvida devido ao treinamento massivo que exige. A questão que permanece é: como acelerar a e-democracia neste novo conceito de cidadania?

O sexto texto, assinado por Marcos Palacios e Elias Machado, pesquisa como a gradual incorporação tecnológica nos processos de produção gerou uma demanda por um forte treinamento tanto de futuros profissionais de comunicação quanto de professores universitários, em especial para o jornalismo digital. Essas transformações no mercado de trabalho estão modificando as metodologias do ensino e das pesquisas acadêmicas. Para averiguar estas mudanças foram feitas entrevistas com professores e representantes de empresas de comunicação e entretenimento com sede em Salvador sobre a percepção acerca das competências digitais necessárias para os novos graduandos em Comunicação. Entre os resultados, mais do que saber mexer em equipamentos, o essencial é aprender rápido, pois a evolução tecnológica é constante. Interesse por outras áreas de conhecimento, principalmente Humanidades e “cultura de internet”, também foi destacado.

O último artigo – de Marcos Palacios, André Holanda, Cláudia Quadros e Jan Alyne Barbosa Silva – apresenta um panorama do jornalismo participativo como uma das transformações da prática jornalística no entrelaçamento com as tecnologias digitais. Exemplos de *blogs*, fóruns e *sites* de código aberto são analisados em suas potencialidades e restrições. Reitera-se também a necessidade de uma explicitação metodológica mais evidente entre os trabalhos acadêmicos dedicados ao tema.

Ao final da leitura, percebe-se que a linha que costura os artigos está centrada na conceituação das estratégias políticas de informação e comunicação enquadradas como um conjunto estruturado de tecnologias, processos, produtos e serviços que conectam os indivíduos a um mundo a ser consumido. Este livro consolida a enunciação da uma sociedade da informação formada pela apropriação massiva destes instrumentos informacionais, gerando novas apreensões da realidade.

Leonardo Menezes é roteirista, doutorando em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF), membro do [LAN] - Laboratório de Experimentação e Pesquisa de Narrativas da Mídia - e pesquisador de mídia e telejornalismo participativo. E-mail: leonardomenezes@globo.com